Brasil adere à iniciativa global para reduzir emissões de metano e mira setor de resíduos sólidos urbanos como prioridade

De acordo com a ABREN, apenas soluções tecnológicas robustas permitirão alcançar as metas assumidas pelo país;

A entidade aponta a biodigestão anaeróbia de resíduos orgânicos segregados na origem e a termovalorização da fração não reciclável (rejeito) dos resíduos sólidos urbanos como principais caminhos.

Brasília, 24 de março de 2025 – O Governo Federal oficializou, na última semana, sua adesão à iniciativa internacional "Redução de Resíduos Orgânicos de Metano" (LOW-M), voltada à mitigação das emissões desse potente gás de efeito estufa. O anúncio foi feito pelo secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Adalberto Maluf, durante a abertura da reunião anual da Coalizão Clima e Ar Limpo (CCAC), realizada em Brasília (DF) entre os dias 16 e 20 de março.

Lançada durante a COP28, em Dubai, a LOW-M tem como objetivo acelerar o cumprimento do Compromisso Global do Metano – que prevê a redução de pelo menos 1 milhão de toneladas métricas por ano nas emissões desse gás até 2030. A iniciativa deve mobilizar cerca de US$ 10 bilhões em investimentos públicos e privados, com foco em até 40 cidades, de diversos países. No Brasil, além do governo federal, os municípios de Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE) e Belém (PA) também aderiram à estratégia.

A ministra Marina Silva destacou, durante a plenária de abertura da reunião anual da Coalizão Clima e Ar Limpo (CCAC, na sigla em inglês), que o momento é crucial para a ação climática global e lembrou que o Brasil sediará a COP30 em novembro, em Belém do Pará. "O Brasil está comprometido em liderar pelo exemplo, mas sabemos que apenas através da cooperação internacional poderemos enfrentar esse desafio global", afirmou.

Diante dessa realidade, especialistas e entidades do setor destacam que apenas soluções tecnológicas robustas permitirão alcançar as metas assumidas pelo país. É o caso da **Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN)**, que defende a adoção simultânea de duas tecnologias essenciais: a **biodigestão anaeróbia de resíduos orgânicos segregados na origem** e a **termovalorização da fração não reciclável (rejeito) dos resíduos sólidos urbanos (RSU)**, especialmente em áreas metropolitanas.

“O Brasil tem uma oportunidade concreta de atacar diretamente a segunda maior fonte de metano no país. A biodigestão de resíduos limpos e a recuperação energética dos rejeitos são as únicas tecnologias viáveis em larga escala para reduzir de forma efetiva essas emissões, promovendo a economia circular e evitando a dependência dos aterros sanitários”, afirmou **Yuri Schmitke**, presidente da ABREN e membro do Conselho Global da WtERT.

De acordo com dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), o setor de resíduos responde por cerca de 15% das emissões de metano no Brasil – e mais de 90% dessas emissões ocorrem em função da disposição de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterros sanitários. Segundo o Global WtERT, imagens de satélite da NASA e da GHG SAT demonstram que essas emissões são três vezes maiores, mesmo utilizando os sistemas mais eficientes de captura em aterros sanitários. A única solução seria desviar resíduos de aterros.

De acordo com o presidente da ABREN, enquanto a biodigestão exige a correta separação na origem, a termovalorização é a única técnica disponível capaz de tratar resíduos misturados e contaminados, que ainda são a maior parte da massa destinada aos aterros. “A termovalorização, quando devidamente licenciada e monitorada, é segura, eficiente e representa uma solução estratégica para regiões metropolitanas. Precisamos acelerar sua implantação para cumprir as metas da LOW-M”, destacou Schmitke.

O Brasil também teria ratificado a uma declaração na COP 29, em Baku (2024), com este propósito de desviar resíduos de aterros sanitários, e a expectativa é que que o Governo Federal possa destravar investimentos neste setor nos próximos anos.

A ABREN também tem apoiado tecnicamente a aprovação do **Programa Nacional de Recuperação Energética de Resíduos (PNRE)**, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal). De acordo com notícias publicadas recentemente, foram anunciados **mais de R$ 181 bilhões em investimentos privados** em projetos de biodigestão e termovalorização no país.

Sobre a ABREN:

A Associação Brasileira de Energia de Resíduos (ABREN) é uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que tem como missão promover a interlocução entre a iniciativa privada e as instituições públicas, nas esferas nacional e internacional, e em todos os níveis governamentais. A ABREN representa empresas, consultores e fabricantes de equipamentos de recuperação energética, reciclagem e logística reversa de resíduos sólidos,

com o objetivo de promover estudos, pesquisas, eventos e buscar por soluções legais e regulatórias para o desenvolvimento de uma indústria sustentável e integrada de tratamento de resíduos sólidos no Brasil.

A ABREN integra o Global Waste to Energy Research and Technology Council (Global WtERT), instituição de tecnologia e pesquisa proeminente que atua em diversos países, com sede na cidade de Nova York, Estados Unidos, tendo por objetivo promover as melhores práticas de gestão de resíduos por meio da recuperação energética e da reciclagem. O Presidente Executivo da ABREN, Yuri Schmitke, é o atual Vice-Presidente LATAM do Global WtERT e Presidente do WtERT – Brasil. Conheça mais detalhes sobre a ABREN acessando o site, Linkedin, Facebook, Instagram e YouTube da associação.

Assessoria de Imprensa:

Carlos Moura: carlos.moura@headlinecomunicacao.com.br / Tel.: (11) 98243-9332